

CONSIDERAÇÕES DE PROFESSORES DE SALAS DE RECURSOS MULTIFUNÇIONAS ACERCA DO CURRÍCULO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Josiane Beltrame Milanesi

Universidade Federal de São Carlos

Enicéia Gonçalves Mendes

Universidade Federal de São Carlos

Resumo

A política educacional brasileira prevê que a escolarização do público-alvo da Educação Especial (PAEE) seja feita em classes comuns das escolas regulares associado ao atendimento educacional especializado (AEE). Entretanto, as diretrizes sobre como deve ser o AEE ainda não são claras, principalmente no caso de alunos com deficiência intelectual (DI). A partir desta realidade, o presente estudo teve como meta investigar o AEE de alunos com DI, através da metodologia da pesquisa-ação em ambiente virtual, com professores especializados que atuam em salas de recursos multifuncionais (SRM). O estudo envolveu a construção de uma rede social virtual com doze professoras¹ de AEE de alunos com DI, que participaram de atividades de estudos de dez casos de ensino reais das participantes. A coleta de dados foi baseada em registros coletados a partir de ferramentas disponíveis no ambiente virtual, baseadas em respostas das professoras participantes as questões colocadas para cada um dos casos de ensino. As produções e os intercâmbios entre as professoras foram analisados fazendo-se uso da metodologia de análise de dados sugerida pela Grounded Theory. Para esta oportunidade, apresenta-se os dados relativos somente à temática do Currículo - adaptações/flexibilizações.

Palavras-chave: Educação Especial; Atendimento Educacional Especializado; Deficiência intelectual.

¹ As pesquisadoras optaram por utilizar artigo feminino ao se reportar as participantes pelo fato de todas serem do referido sexo.

Introdução

Entende-se a educação inclusiva como um processo que inclui todas as pessoas, independentemente, de suas diferenças, na rede comum de ensino, em todos os níveis e modalidades, inclusive, os alunos considerados PAEE. Para tanto, são necessárias mudanças na estrutura do ensino, tornando a escola um espaço democrático de modo a garantir, a todos os alunos, sua permanência e apropriação do conhecimento.

Assim, atualmente, a Educação Especial, é considerada parte integrante da Educação Básica e a escola comum tem o compromisso de organizar-se de forma a propiciar que todos os educandos tenham acesso aos conteúdos de cada nível educacional.

As estatísticas oficiais indicam que o maior contingente de alunos da Educação Especial matriculados em escolas comuns no Brasil estão enquadrados na condição de DI. Assim, a intenção do presente trabalho foi de que a partir do saber-fazer que os profissionais do AEE possuem sejam possíveis avanços na direção de mudanças para contribuir na inclusão escolar dos alunos com DI.

Metodologia

Na busca por conhecer o trabalho realizado por professores que atendam alunos com DI nas SRM, este estudo foi de cunho qualitativo desenvolvido com base na metodologia da pesquisa-ação. Para coleta de dados, foi construído o ambiente virtual intitulado “Rede Casos e Acasos” (Ce@) (<http://casoseacasosee.ning.com/>). Os procedimentos envolveram as etapas de condução dos procedimentos éticos, criação do ambiente virtual e a última fase que foi a de coleta de dados propriamente dita.

O grupo de participantes foi composto por 12 professoras de Educação Especial atuantes em SRM e que trabalhavam com alunos com DI de dez estados brasileiros. Por opção das participantes, ficou decidido que as mesmas seriam chamadas por nomes de flores a fim de preservar suas identidades.

Dez professoras foram convidadas a escrever e postar na Ce@ um caso de ensino que envolvesse estudantes com DI tendo como base a própria realidade. Ainda, todas tiveram a tarefa de ler os casos escritos pelas colegas e responder as questões disparadoras elaboradas para cada caso. A análise dos dados teve por base a Grounded Theory.

Para a presente oportunidade, a intenção é apresentar os dados levantados e categorizados, a partir das contribuições dadas com a interação do caso de ensino 4 proposto pela Profa. Hortência. Devido a necessidade de recorte, optou-se por expor os dados relativos somente à temática do Currículo - adaptações/flexibilizações.

Apresentação e discussão dos dados

O caso de ensino quatro teve como foco a aluna Mariana², matriculada no 6º ano e com DI. A Profa. Hortênci, ao relatar as peculiaridades de sua aluna, apresentou dificuldades que diziam respeito ao currículo, em nível nacional bem como em nível local. A partir disso, uma questão colocada foi acerca de quais conteúdos devem ser ensinados ao aluno com DI que não consegue, em sua totalidade, dar conta de acompanhar o currículo da turma que se encontra. Tendo este reconhecimento, a quem cabe a tarefa de decidir qual será o currículo do referido aluno? Como deve se dar o processo para definição do mesmo?

Há que se pontuar que as questões envolvendo o currículo escolar são complexas, indo muito além dos alunos considerados com deficiência. Além de dificuldades recorrentes em tratar o tema, no caso dos alunos com DI, as propostas curriculares refletem muito sobre o que os professores pensam ser essa condição e do que precisa ser enfatizado na educação desses alunos.

Há que se assinalar também, que a formação de professores, possui dilemas pertinentes e que as habilidades cognitivas são altamente valorizadas. Assim, há por parte dos professores a compreensão de que no caso da DI há uma inlegibilidade para a aprendizagem de conteúdos convencionais.

A compreensão em relação ao conteúdo curricular, no caso da DI, segundo as contribuições dadas pelas participantes do presente estudo, considerando a aluna Mariana, indicam a necessidade de se preservar o estabelecido para o ensino comum:

Não deverá haver alteração no conteúdo a ser trabalhado, mas sim adequações e estratégias para possibilitar a participação e desenvolvimento da aprendizagem da aluna (Profa. Verbena - Respostas caso de ensino 4).

[...] o currículo do 6º ano não deve ser alterado totalmente, precisa ser flexível com a proposta de entender, ter a sensibilidade e o conhecimento do que pode ser utilizado, vivenciado e compreendido na vida diária da aluna (Profa. Girassol - Respostas caso de ensino 4).

O conteúdo deve ser o mesmo, no entanto devem-se fazer as adaptações necessárias para que a aluna não fique constrangida diante dos colegas realizando atividades diferentes dos mesmos (Profa. Flor de Lótus - Respostas caso de ensino 4).

As professoras ponderam sobre a necessidade de adequação, flexibilidade e adaptações para que a aprendizagem possa ocorrer. Também foram feitas colocações acerca da necessidade do ensino de habilidades que não são conceituais considerando as especificidades apresentadas por cada aluno.

É importante que o processo de ensino e aprendizagem com alunos com DI enfoque a estimulação, a participação ativa no cotidiano escolar e na vida. Ensinar as habilidades conceituais, sociais e práticas, favorece o desenvolvimento da autonomia, a comunicação,

² Todos os nomes de alunos trazidos ao longo das análises dos casos são fictícios para preservar a identidade dos mesmos.

as relações sociais e interpessoais. Mas o ensino da matemática, da leitura e da escrita deve ser considerado relevante de acordo com as possibilidades, desde que seja realizado com atividades relacionadas com a vida cotidiana (Profa. Orquídea - Respostas caso de ensino 4).

As necessidades individuais específicas podem ser mais bem trabalhadas nas SRM e as atividades e conteúdos da turma, na própria sala de aula, sempre com o apoio familiar. Uma não descarta a outra, visto que há e, certamente, sempre haverá a necessidade das duas situações (Profa. Cravo - Respostas caso de ensino 4).

Analisando-se os conjuntos das falas acima, nota-se que as mesmas estão expressando duas possibilidades diferentes a serem consideradas. No primeiro bloco, têm-se que os conteúdos a serem ministrados aos alunos com DI devem ser os mesmos ensinados aos demais alunos da turma. No segundo conjunto, foram apontadas habilidades que vão além das que constam estritamente no currículo do ensino comum, e que implicariam em complementação e/ou substituição curricular. Além disso, aparece a ideia ainda vaga de que é necessário adotar adaptações/flexibilizações curriculares.

A terminologia adaptação, pode ser interpretada como flexibilização, uma vez que pressupõe a existência de alterações e/ou modificações no processo educacional, essencialmente no âmbito curricular. Para isso o currículo escolar deve ser tomado como referência na identificação de possíveis alterações em função de necessidades especiais dos alunos (LEITE; SILVA., 2008, p. 10).

Entretanto, o conceito de adaptações/flexibilizações curriculares ainda não parece claro.

Como chegar a uma equação adequada entre a deficiência intelectual, a sala comum, a escola e o suporte pedagógico especializado? Indiscutivelmente, todos caminham na direção do reconhecimento da necessidade e dos benefícios do AEE para o aluno com deficiência intelectual, mas, ao que parece, debatemo-nos com uma questão incômoda: se a sala de recursos (ou o AEE que aí se desenvolve) não deve se ater ao currículo, o que deve fazer? Informar que ela deve atuar no desenvolvimento cognitivo desses alunos parece-nos incerto e impreciso. Como assim? O que deve o professor do AEE oferecer para se diferenciar da sala comum e, ao mesmo tempo, garantir a aprendizagem desse aluno? (OLIVEIRA; BRAUN; LARA; 2013, p. 45).

Para os professores do AEE investigados, a tarefa que se colocam, no que diz respeito ao ensino de alunos com DI nas SRM, é a de conseguir conciliar o conteúdo curricular formal do ensino comum com o ensino das habilidades adaptativas, considerando que as pessoas com DI podem ter dificuldades no desenvolvimento destas, necessitando de apoio para desenvolvê-las e, que estas habilidades são fundamentais para a evolução dos sujeitos. Entretanto, essa tarefa não é fácil, pois “não é o currículo em si que deve ser trabalhado no contexto do apoio, e também não podemos desvencilhar dele, porque é o currículo o referente básico da escola, o pano de fundo da atuação pedagógica” (OLIVEIRA; BRAUN; LARA; 2013, p. 46).

O estudo de Pletsch e Glat (2012) desenvolvido ao longo de aproximadamente quatro anos em duas escolas regulares municipais e uma escola especializada

estadual no Rio de Janeiro, analisou as trajetórias escolares de cinco alunos com DI e identificou que:

As atividades escolares apresentadas para os alunos participantes dessa pesquisa e para seus colegas, de maneira geral - tanto no contexto educacional comum quanto no especializado -, consistiam, na maior parte das vezes, em tarefas elementares como recortar, colar, pintar, copiar, ou seja, atividades que não favoreciam o desenvolvimento de habilidades cognitivas mais elaboradas, necessárias para a construção de conceitos científicos que envolvem conhecimentos abstratos [...] (PLETSCH e GLAT, 2012, p. 199).

Na presente pesquisa, até o momento, não se identificou o ensino de atividades elementares como as citadas no estudo indicado anteriormente. Ainda em relação à temática do currículo para os alunos com DI, foram feitas colocações que apontam para a necessidade de ampliação das discussões que envolvem esta temática. As falas que seguem ilustram essa questão:

Entendo que essa discussão deve ser realizada no fórum que discute e define as diretrizes do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Unidade Educativa (UE). Naquele documento deve constar a organização dos serviços da Educação Especial e todos os procedimentos necessários à sua tradução, considerando os aspectos contingenciais de cada contexto. A partir daí a Equipe Pedagógica e Professores da Educação Especial poderão dar o suporte a cada professor [...]. Todos os professores e profissionais da UE devem ter conhecimento, discussões e reflexões acerca desse assunto, independente de terem alunos PAEE ou não. Discutir currículo é um grande desafio, pois apesar da legislação permitir e indicar as adaptações, flexibilizações e modificações curriculares, ainda estamos presos ao cumprimento de listas de conteúdos escolarizados (Profa. Laélia – Respostas Caso de ensino 4).

A formação de um currículo para esta aluna deve ser individualizado privilegiando suas potencialidades e fazendo-as desenvolver-se gradualmente. A decisão deve ser consciente e coletiva envolvendo toda equipe pedagógica de forma a entender que a aluna pertence à UE e não apenas à SRM ou professor de sua turma (Profa. Tulipa – Respostas Caso de ensino 4).

É o momento de decidir em um planejamento conjunto às estratégias que irão beneficiar o aluno em questão, potencializando as certezas e os significados que já estão interiorizados pelo aluno. Cabe ao professor da SRM com a parceria dos outros professores da sala comum do aluno, montar um plano individualizado para o AEE [...]. (Profa. Margarida – Respostas Caso de ensino 4).

Certamente esses registros são apropriados para os argumentos aqui colocados bem como para o momento que estamos atravessando na inclusão escolar. O que quer se dizer com isso? As transformações e necessidades de refletir acerca de diversas questões que se colocam como cristalizadas no interior de escolas brasileiras são latentes e, algumas delas, foram adensadas com inclusão escolar.

Conclusões

As questões curriculares são complexas, não surgiram devido a inclusão escolar e, muito menos, serão resolvidas a partir desta. Porém, quando se pensa principalmente acerca do ensino e o papel da escola para alunos com DI, o currículo é algo ainda mais desafiador para a prática docente.

Considerando que o currículo é essencial para a organização da ação pedagógica e que é através dele que as escolas se organizam, não há como pensá-lo de forma restrita nem mesmo desconsiderando todo o contexto que a escola se encontra. Ao elaborar o currículo de forma responsável e coletiva deve-se considerar sua função social, ideológica e política.

Referências

LEITE, L. P.; SILVA, A. M.. Práticas educativas: adaptações curriculares. In: LEITE, L. P. (Org.). Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental. Bauru: MEC/FC/SEE, v. 12, 2008.

OLIVEIRA, A. A. S.; BRAUN, P.; LARA, P. T. Atendimento educacional especializado na área da deficiência intelectual: questões sobre a prática docente. In: MILANEZ, S. G. C.; OLIVEIRA, A. A. S.; MISQUIATTI, A. R. N. (Org.). Atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual e transtornos globais do desenvolvimento. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013, p. 41-58.

PLETSCH, M.; GLAT, R. A escolarização de alunos com deficiência intelectual: uma análise de aplicação do Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado. Revista Linhas Críticas, Distrito Federal, v. 18, n. 35, p. 193 - 208, 2012.